

ATA NÚMERO 393/XII/4.^a SL

Aos nove dias do mês de julho de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 392, referente à reunião de 1 de julho.
2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.
3. Apreciação do relatório da audiência concedida à RICS International Limited – Royal Institution of Chartered Surveyors, no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 964/XII/4.^a (PSD/CDS-PP).
4. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 964/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional.
5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 191/XII/3.^a (ALRAA) – Segunda alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.
6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.^a (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

7. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.
8. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 471/XII/4.^a, de iniciativa de Joaquim Marques Machoqueira e outros – “Solicitam, em sede de IMI, a atualização dos valores tributários não só em função da inflação mas também dos preços de construção por m2 e do coeficiente de vetustez, a redução de taxas de IVA, IRS e IRC e a extinção da taxa do audiovisual”.
Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).
9. Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 492/XII/4.^a, de iniciativa da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE – “Pela criação de um Estatuto de Carreira que confira dignidade à Inspeção da ASAE”.
Relatora: Senhora Deputada Maria José Moreno (PSD).
10. Apreciação e votação do relatório intercalar da Petição n.º 519/XII/4.^a, de iniciativa de Maxipet Lda, representada por Luís Guilherme – “Solicitam a redução, para a taxa mínima, do IVA aplicável sobre alimentos destinados a animais de companhia.”.
Relatora: Senhora Deputada Conceição Bessa Ruão (PSD).
11. Informação sobre a participação de uma delegação da Comissão no Seminário organizado pelo Parlamento Italiano e pela OCDE, subordinado ao tema “Reformas para o Crescimento na Europa”.
12. Deliberação sobre o modo de apreciação da Conta Geral do Estado – 2014.
13. Deliberação sobre o modo de apreciação do Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras – 2014.
14. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1254/XII/4.^a (PCP) - Em defesa do caminho-de-ferro nacional - pela reunificação e gestão integrada da ferrovia, contra a sua liquidação e desmembramento.
15. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1300/XII/4.^a (BE) - Defende o futuro da CP carga.

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

16. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1501/XII/4.^a (PS) - Recomenda ao Governo a suspensão das reprivatizações da CP Carga SA e EMEF SA.
17. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1552/XII/4.^a (PCP) - Pelo cancelamento das privatizações da EMEF e CP Carga.
18. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1564/XII/4.^a (PCP) - Recomenda ao Governo o imediato depósito e publicação dos Acordos Coletivos de Entidade Empregadora Pública.
19. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1310/XII/4.^a (BE) - Fim das penhoras de habitação própria permanente.
20. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1248/XII/4.^a (BE) - Contra a privatização do serviço público de Transporte Fluvial no Tejo (Transtejo e Soflusa).
21. Outros assuntos.

1. Apreciação e votação da ata n.º 392, referente à reunião de 1 de julho.

A ata n.º 392 foi aprovada por unanimidade, verificando-se a ausência do BE

- 2. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 326/XII/4.^a (GOV) - Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, transpondo a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009.**

.A Comissão procedeu à discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 326/XII/4.^a \(GOV\)](#). Em sede de debate, intervieram os Senhores Deputados Nuno Serra (PSD), Paulo Sá (PCP), Michael Seufert (CDS-PP) e João Paulo Correia (PS).

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

O registo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa.

- 3. Apreciação do relatório da audiência concedida à RICS International Limited – Royal Institution of Chartered Surveyors, no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 964/XII/4.ª (PSD/CDS-PP).**

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP), que presidiu à audiência, declarou nada ter a acrescentar ao conteúdo do relatório.

- 4. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 964/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - Regula o acesso e o exercício da atividade dos peritos avaliadores de imóveis que prestem serviços a entidades do sistema financeiro nacional.**

A Comissão procedeu à discussão e votação, na especialidade, do [Projeto de Lei n.º 964/XII/4.ª \(PSD/CDS-PP\)](#).

O registo das propostas de alteração, do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa.

- 5. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 191/XII/3.ª (ALRAA) – Segunda alteração à Lei n.º 79/98, de 24 de novembro, que aprova o Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.**

A Comissão procedeu à discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 191/XII/3.ª \(ALRAA\)](#).

O registo do Relatório de Votações e do Texto Final pode ser consultado na [página internet](#) da iniciativa.

- 6. Definição da metodologia para a apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 333/XII/4.ª (GOV) – Procede à sexta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à segunda alteração à Lei n.º**

64/2011, de 22 de dezembro, que modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) declarou que o GPPS propõe as audições da FESAP, da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e do STE, bem como do Governo.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) manifestou a intenção do GPPSD de proceder à audição, apenas, da CReSAP, tendo de seguida a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) proposto que a apreciação desta iniciativa legislativa seja efetuada a nível de Grupo de Trabalho (GT).

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) afirmou não ver inconveniente nesta metodologia e não se opor à audição da CReSAP, manifestando o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) a sua concordância com as audições propostas.

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS) acrescentou que fazer alterações a esta lei sem ouvir os sindicatos e o Governo é enviar o processo, lembrando a exposição que este tema tem tido.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) lembrou que sempre que houve propostas de lei em apreciação na COFAP foi sempre ouvido o Governo, considerando essencial esse procedimento. Lamentou que os GP's de PSD e CDS-PP tenham, desde há algum tempo, começado a considerar dispensável a audição do Governo.

Referiu ainda que numa reunião do GT da PPL 329/XII/4.^a (GOV) foi levantada a questão de o Governo não ser ouvido após a última reunião plenária, que se pensava que se efetuasse em 8 de julho. No entanto, esta passou para dia 22 de julho e considera assim que os GP's de PSD e CDS-PP deverão fundamentar a recusa de audição do Governo, a acontecer.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) solicitou então o adiamento deste ponto.

7. Fixação da redação final do Projeto de Lei n.º 866/XII/4.^a (PSD/CDS-PP) - Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, consagrando uma nova modalidade de horário de trabalho - a meia jornada.

A redação final do [Projeto de Lei n.º 866/XII/4.^a \(PSD/CDS-PP\)](#) foi aprovada, com as sugestões da DAPLEN, sem qualquer voto contra, verificando-se a ausência do BE.

8. **Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 471/XII/4.^a, de iniciativa de Joaquim Marques Machoqueira e outros – “Solicitam, em sede de IMI, a atualização dos valores tributários não só em função da inflação mas também dos preços de construção por m² e do coeficiente de vetustez, a redução de taxas de IVA, IRS e IRC e a extinção da taxa do audiovisual”.**

Relator: Senhor Deputado Fernando Virgílio Macedo (PSD).

Este ponto foi adiado para a próxima reunião.

9. **Apreciação e votação do relatório da Petição n.º 492/XII/4.^a, de iniciativa da Associação Sindical dos Funcionários da ASAE – “Pela criação de um Estatuto de Carreira que confira dignidade à Inspeção da ASAE”.**

Relatora: Senhora Deputada Maria José Moreno (PSD).

A Senhora Deputada Maria José Moreno (PSD) apresentou o relatório sobre a petição acima identificada, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com a ausência do BE. Intervieram a Senhora Deputada Vera Rodrigues (CDS-PP) e o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) para saudar a Senhora Deputada relatora.

Os restantes pontos da Ordem do Dia foram adiados para a próxima reunião, tendo o Senhor Presidente recordado que está por confirmar uma audição do Governo para dia 15 de julho, referindo ainda que tentará que a próxima reunião, em princípio, se realizará no dia 14 de julho, às 14h.

Nestes termos, o Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos.

A reunião foi encerrada às 13:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de julho de 2015

**O PRESIDENTE,
EDUARDO CABRITA**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Carlos Santos Silva
Cecília Meireles
Conceição Bessa Ruão
Cristóvão Crespo
Eduardo Cabrita
Elsa Cordeiro
Fernando Virgílio Macedo
João Galamba
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Paulo Sá
Vera Rodrigues
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Ivo Oliveira
Maria das Mercês Borges
Maria José Moreno
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Serra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José de Matos Rosa
Nuno Reis
Sónia Fertuzinhos
Vieira da Silva

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco
Isabel Santos
Pedro Filipe Soares
Pedro Nuno Santos